

Relatório de participação

Evento: ICANN 61

Datas: 10 a 15 de Março de 2018

Local: San Juan / Porto Rico

Conselheiro: Thiago Tavares Nunes de Oliveira
Representante do Terceiro Setor no CGI.br

Nota introdutória: o presente relatório pretende registrar a minha participação no evento em epígrafe, com destaque para os temas de maior interesse do CGI.br. Procura-se evitar redundâncias e sobreposições com outros relatórios já elaborados pela assessoria do CGI.br e pelos demais conselheiros que participaram do mesmo evento e disponibilizaram seus respectivos relatórios.

Sumário:

A reunião de número 61 da ICANN discutiu uma ampla gama de tópicos, sendo os principais: a) GDPR (e como os interesses das comunidades se confrontam); b) 2 letras no segundo nível (e como isso afeta os interesses do .br); c) nomes geográficos (e como a decisão em torno da delegação ou não do .AMAZON poderá criar um precedente para determinar as políticas no futuro); d) a estabilidade financeira da ICANN (e como isso influencia a próxima rodada de novos gTLDs); e) discussões no âmbito do DAAR e do PSWG sobre WHOIS, DNS Abuse Mitigation and proxy services.

a) GDPR

A discussão sobre o impacto e a necessidade de conformidade com a GDPR dominou a agenda da ICANN61. O assunto foi discutido em várias sessões e por praticamente todas as *constituencies*.

Em resumo: em 28 de fevereiro a ICANN reuniu seus três modelos propostos (publicados em 12 de janeiro) em um “modelo de cumprimento provisório” final, detalhado em um “livro de receitas” publicado em 8 de março (visão geral).

O Modelo Provisório requer uma mudança no serviço WHOIS aberto e publicamente disponível para um modelo de acesso em camadas baseado em um sistema de credenciamento, que deve ser aprofundado em consulta com o GAC, autoridades de proteção de dados e partes contratadas. Esse modelo entraria em vigor depois de aprovado pela Comunidade e pelo Board. O modelo também foi submetido às autoridades europeias de proteção de dados (DPAs).

Os principais elementos do modelo estão listados nos documentos disponíveis em:

<https://61.schedule.icann.org/meetings/647619>

<https://61.schedule.icann.org/meetings/652026>

b) 2 letras no segundo nível

A reunião pouco avançou nesse tema. O Brasil considerou a abordagem do Board, que “implicou grande mudança no modus operandi”, “ilegítima”; Portugal acredita que “isso foi um abuso”. A Bélgica lamentou o “precedente que foi estabelecido”. A Holanda, no entanto, alertou os membros do GAC de uma “percepção errônea de que um código de país no segundo nível implica o direito do governo de propriedade ou [o papel de] controlador do código”. Enquanto o código do país no nível superior é muito importante, no segundo nível não é óbvio, o que pode causar ambiguidade e confusão.

c) nomes geográficos e .Amazon

O GAC analisou o caso .Amazon e observou a solicitação do Board ao GAC para fornecer mais informações sobre por que a solicitação não deve prosseguir até o final desta reunião. Os representantes brasileiros no GAC (Emb. Benedicto e o diplomata Thiago Jardim) explicaram em detalhes o andamento formal do processo em andamento nos oito países da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Os ministros desses países instituíram um GT técnico para revisar o caso. O GT teve uma troca de cartas com a Amazon e várias reuniões. O objetivo é apresentar um relatório até meados de abril, que será enviado às respectivas autoridades políticas para consideração e uma “resposta final sobre a proposta” poderá ser elaborada.

Dos oito países membros da OTCA, dois (Bolívia e Equador) atualmente não são membros do GAC.

Ao final da reunião, o GAC enviou uma carta ao Board da ICANN (anexada ao Communiqué), esclarecendo que o GAC, neste momento, não tem mais nenhuma informação a ser comunicada, mas reitera ao Board os termos do advice emitido como resultado da reunião anterior – ICANN60 em Abu Dhabi.

d) Estabilidade financeira da ICANN.org

Durante a sessão de abertura, o novo presidente da ICANN descreveu seus planos para um objetivo operacional otimizado. A estabilidade financeira, segundo ele, é fundamental. A acessibilidade e o trade-off serão novos termos no vocabulário da ICANN. O Conselho está comprometido em alinhar suas prioridades com a comunidade.

As submissões para os novos gTLDs da segunda rodada estão programadas para o primeiro trimestre de 2021. O manual do candidato (*applicant guidebook*) para essa rodada deve estar pronto para comentários até o primeiro trimestre de 2020.

As receitas geradas pelos leilões estão sendo separadas e reservadas até que a comunidade desenvolva um plano para seu uso. O Board da ICANN deve aprovar esse plano. Este grupo é restrito ao produto do leilão, não inclui os *applications fees*.

O fundo tem atualmente cerca de 233 milhões de dólares, mas ainda pode crescer com os próximos leilões. O objetivo do grupo é desenvolver propostas sobre os mecanismos para alocar os recursos do leilão de novos gTLDs. Na prática, o adiamento sistemático de uma solução para a utilização dos recursos tem servido para reforçar o caixa da própria ICANN.

Slides: <https://static.ptbl.co/static/attachments/169431/1520964356.pptx?1520964356>

e) DAAR + PSWG sobre WHOIS, DNS Abuse Mitigation and proxy services.

O plano de trabalho do GT sobre Segurança Pública (PSWG) revela onde o grupo deseja atuar, qual seu escopo e função e onde espera um envolvimento mais forte da ICANN no desenvolvimento de políticas sobre o WHOIS, serviços de mitigação de abusos e proxy. Seus debates são informados por contribuições do nível nacional e realimentam processos durante as 3 reuniões públicas da ICANN, em reuniões do GAC e nas sessões intercomunitárias.

Plano de trabalho do PSWG 2018-2019 (endossado pelo GAC)

O plano de trabalho atualizado se agruparia em torno de 4 metas estratégicas:

- 1) Desenvolver capacidades de mitigação de abuso e crimes cibernéticos envolvendo abuso do DNS: relatórios e prevenção de abuso de DNS (ferramentas de relatório, auto-regulação da indústria, investigações policiais transfronteiriças), salvaguardas dos consumidores (CCT Review Team), responsabilidade (fontes de dados para

ajudar a avaliar políticas existentes) e para informar novas políticas), a prevenção de exploração (tipos principais de abuso e o que pode ser feito contra eles, com foco especial em material de abuso infantil, por exemplo no .kid por causa das expectativas do usuário de que este é um espaço seguro para crianças).

2) RDS / WHOIS - garantir a acessibilidade contínua, maior precisão e consistência com a lei de privacidade aplicável: acesso a dados de registro de gTLDs para aplicação da lei, qualidade e precisão dos dados de registro de gTLDs

3) Construir operações eficazes e resilientes do PSWG: planejamento estratégico, liderança eficaz, divulgação em termos de associação e coordenação de atividades do PSWG com o GAC.

4) Desenvolver a participação no trabalho do PSWG e buscar as contribuições das partes interessadas

O Domain Abuse Activity Reporting System (DAAR) realizou reuniões de trabalho e sessões de update sobre o andamento da implementação do sistema que é usado para rastrear abusos em domínios genéricos, agregando vários dados de várias fontes públicas, abertas e comerciais (dados da zona DNS, dados WHOIS, listas de bloqueio de reputação comercial, etc). Depois que a análise independente da metodologia por trás do DAAR for concluída, o PSWG espera atualizações regulares identificando as partes mais associadas ao abuso do DNS.